



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



ID: 24426156

30-03-2009

Moção aprovada em reunião no Porto

Trabalhadores do BPN exigem solução do Governo

Os trabalhadores do BPN exigem do Governo uma solução que defenda todos os colaboradores, "independentemente do vínculo contratual".

Reunidos anteontem num encontro nacional no Porto, cerca de duas centenas de trabalhadores do BPN aprovaram por unanimidade uma moção neste sentido, onde se reclama ainda a participação dos sindicatos na procura da solução, revelou ontem o Sindicato dos Bancários do Norte (SBN).

Segundo o SBN, que, com os sindicatos dos Bancários do Centro e do Sul e Ilhas, promoveu a iniciativa, o documento aprovado destaca que o diploma que determinou a nacionalização do BPN "estipula que cabe à CGD [Caixa Geral de Depósitos], entre outras obrigações, acautelar a defesa dos direitos dos trabalhadores".

"Por seu turno - acrescenta -, o Governo tem, em sucessivas afirmações públicas, dito que uma das suas principais prioridades é a defesa do emprego e a luta contra o desemprego".

"O primeiro-ministro afirmou



Posição. Os trabalhadores do BPN estiveram reunidos no Porto e manifestaram preocupação com o futuro do banco e do sector

que os trabalhadores do BPN estão mais seguros com a nacionalização da instituição, garantindo não ser intenção do Governo que haja despedimentos", recorda.

Na moção, destaca-se ainda a "apreensão" com que os três sindicatos têm vindo a acompanhar a evolução das consequências da crise financeira, "com particular relevância no emprego no sector bancário e, muito particularmen-

te, no BPN".

Conforme salienta, neste banco existe, "para além da ameaça de não renovação dos contratos a termo", uma "grande indefinição" quanto ao futuro dos restantes trabalhadores e da própria instituição, sendo muitos os funcionários que fazem chegar aos sindicatos as suas "preocupações relativamente ao futuro e à estabilidade dos seus postos de trabalho".

Arquivo



Trabalhadores do BPN apelam ao Governo

Solução. Funcionários lembram que cabe à CGD acautelar os seus direitos

Os trabalhadores do Banco Português de Negócios (BPN) exigem do Governo solução que defenda todos os colaboradores da instituição, "independentemente do vínculo contratual". Reunidos no Porto, lembraram que o diploma que ditou a nacionalização do BPN "estipula que cabe à CGD" [Caixa Geral de Depósitos] "acautelar os direitos dos trabalhadores". ■ LUSA



Comissão quer informações

A comissão de inquérito sobre o BPN vai voltar a pedir documentação anteriormente recusada pelo Banco de Portugal, BPN e auditores externos por considerar que não precisa de recorrer ao tribunal para levantar os sigilos invocados.



INQUÉRITO AO BPN

Sigilo num beco sem saída

Comissão pode ver **trabalho comprometido** mesmo com parecer favorável

O parecer encomendado pela comissão parlamentar de inquérito à supervisão e nacionalização do BPN é claro: a comissão tem poderes para ordenar o levantamento do sigilo profissional e bancário sem ter de recorrer ao Tribunal da Relação.

Será apenas necessário especificar a necessidade preponderante do pedido no âmbito do seu trabalho e manter o sigilo quanto à documentação pedida às entidades — Banco de Portugal (BdP), BPN e auditores — que se têm recusado a fornecer informações.

A comissão tem uma árdua tarefa: ou pede, invocando o parecer, o levantamento directamente às entidades que até agora se recusaram a ceder informação e, na persistência da recusa, recorre para os tribunais — arriscando-se a entrar num beco sem saída devido à morosidade dos processos judiciais —, ou desafia avaliar a eficácia da legislação e avança para o Tribunal da Relação, cuja jurisprudência é desfavorável neste âmbito.

Entretanto, o tempo corre contra os trabalhos da comissão, devido ao fim da legislatura, com eleições à porta em Outubro. Contas feitas, os trabalhos devem fechar até ao Verão para que o relatório final seja conclusivo. Foi também a pensar neste problema que os deputados prescindiram de algumas das audições agendadas. Feito o ra-



Franquelim Alves, ex-administrador da SLN, defendia a nacionalização do grupo e não apenas do BPN

teio, a lista das mais de 40 pessoas que estavam para ser ouvidas encolheu para metade. Neste bolo não estão incluídas a audição de Manuel Dias Loureiro, conselheiro de Estado e ex-administrador da SLN, e a acareação entre este e Francisco Comprido, ex-administrador da SLN, a pedido do CDS-PP, tendo em conta as contradições apuradas nos seus testemunhos. O CDS admite também voltar a chamar Abdool Vakil, que assumiu a presidência do grupo após a saída de Oliveira Costa, e José Vaz Mascarenhas, presidente do Banco Insular, por considerar que existem contradições nos seus testemunhos sobre o conhecimento do Banco Insular e as

suas relações com o BPN e SLN.

Já o Bloco de Esquerda pondera chamar Miguel Bezeza. O objectivo é apurar se Bezeza sabia qual o motivo que levou Dias Loureiro a pedir-lhe o encontro com o então vice-governador do BdP, António Marta, em 2001.

Esta semana, as audições ficaram marcadas pela presença de dois responsáveis do BdP: Clara Machada e José João Alvarez. Dos seus testemunhos ficou a ideia de que “não é possível apurar certas operações” no âmbito de uma acção de supervisão regular. E que só no início de 2008 o BdP suspeitou das relações entre o BPN e o Insular porque “houve uma denúncia”. O ex-administrador da SLN para a área não financeira, Franquelim Alves, sublinhou a existência de negócios “megalómanos” e várias empresas fora do balanço e criticou o Estado pelo facto de este não ter nacionalizado o grupo inteiro mas apenas o BPN.

Da intervenção de Fernando Fantasia, empresário da área imobiliária, ficou sobretudo a ideia de como eram feitos os negócios entre a SLN, o BPN e alguns dos seus parceiros: a cedência de 70% das acções de Fantasia na empresa familiar que detinha, a OPI 92, demoraram um ano a ser regularizadas. Não havia contrato, apenas acordo verbal para o negócio.

ISABEL VICENTE

ivicente@expresso.imprensa.pt

AUDIÇÕES

Franquelim Alves

Ex-administrador da SLN, defendeu a nacionalização do grupo e não apenas do BPN

Clara Machado

Directora adjunta da supervisão bancária do Banco de Portugal, afirmou que “havia um perfil de ocultação de dados” no BPN

Fernando Fantasia

Sócio do grupo SLN para os negócios imobiliários, afirmou que sempre confiou nos contratos que assinou com o banco



Maria de Belém Roseira preside à Comissão Parlamentar

SLN diz à AR que não encontra actas

BPN. Parecer jurídico vai ser enviado a instituições que invocaram segredo profissional para que, no prazo de dez dias, revejam a sua posição. Luís Caprichoso volta a ser chamado à Assembleia

■ EVA CABRAL

A Comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN recebeu uma comunicação do actual presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Fernando Lima, a assumir que não se encontram nas instalações da empresa "as actas das reuniões do conselho superior" que tinham sido solicitadas pelos deputados.

Entretanto, o Parlamento decidiu enviar ontem o parecer jurídico encomendado a Nuno Piçarra para instituições que se recusam a fornecer informação alegando sigilo profissional, designadamente o Banco de Portugal, BPN e auditores externos para que estes, no prazo de dez dias, possam reavaliar a sua posição. E ir ao encontro do entendimento do juríconsulto de que a comissão de inquérito parlamentar está equiparada a um tribunal de primeira instância tendo dessa forma capacidade própria para decidir por si o levantamento do sigilo profissional.

Os deputados vão garantir, no entanto, a "total confidencialidade" da informação pedida, tal como ontem frisou a presidente da comissão de inquérito, a socialista Maria de Belém Roseira.

Recorde-se que logo no início das reuniões da comissão todos os técnicos e funcionários que contactam com documentos da foram ajuramentados estando obrigados a cumprirem o dever de sigilo face a informações enviadas com carácter sigiloso.

Na reunião de ontem dos coordenadores dos vários partidos na comissão ao BPN ficou ainda decidido voltar a convocar Luís Caprichosos o antigo braço direito de José Oliveira e Costa no BPN e na

SLN que recusou ir falar ao Parlamento invocando a sua condição de arguido.

Recorde-se que Luís Caprichoso foi administrador da SLN com o pelouro da área não financeira e da consolidação das contas do grupo, sendo precisamente por isso um depoimento indispensável, ou pelo menos muito útil, ao apuramento da verdade.

A reunião da comissão de coordenadores não definiu ainda qual será a posição que irão assumir caso pessoas e instituições insistam em continuar a alegar sigilo profissional para não prestarem declarações. Neste caso os deputados podem optar por dois caminhos: ou consideram que a recusa de prestar informações configura

um crime de desobediência e avançam com uma queixa para Procuradoria Geral da República, ou pedem ao Tribunal da Relação que levante o sigilo profissional. Neste último caso o parecer

de Nuno Piçarra será junto ao pedido a enviar ao Tribunal da Relação. Fontes parlamentares temem que caso se opte por recorrer à Relação se corra o risco da decisão deste só surgir num prazo que já não seja útil em termos de trabalhos da comissão parlamentar de inquérito, cuja data limite de funcionamento é 16 de Maio.

Outra hipótese de trabalho em cima da mesa passa por "suspender" os trabalhos da comissão de inquérito parlamentar enquanto se espera pela decisão do Tribunal da Relação, sendo certo que mesmo esta posição poderá não ser suficiente face ao facto de se estar a terminar uma legislatura.

Fontes parlamentares referem ao DN que "se pode mesmo ter uma nova comissão de inquérito após as legislativas". ■





BdP nega **contradições** de Vítor Constâncio

A DIRECTORA-adjunta do Banco de Portugal (BdP), Clara Machado, revelou esta semana que o regulador recebeu uma denúncia sobre ligações do BPN ao Banco Insular em Janeiro de 2008. As declarações, no Parlamento, contradizem o governador, Vítor Constâncio, que, em entrevista à RTP, disse que nunca houve suspeitas sobre o banco. Na quinta-feira, o BdP rejeitou as contradições, afirmando em comunicado que as declarações de ambos se referem a momentos diferentes.

Na mesma comissão parlamentar de inquérito ao BPN, um antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Franquelim Alves, disse que se demitiu em Outubro por discordar da estratégia de Miguel Cadilhe para salvar o banco, antes da nacionalização. Segundo o responsável, o plano de Cadilhe centrava-se no BPN, não incluindo a *holding* SLN e as suas várias empresas. O Bloco de Esquerda comparou o 'buraco' do BPN à fraude de Madoff, pelo seu peso na economia portuguesa. **E.C.**



COMISSÃO DE INQUÉRITO AO BPN

Parlamento pode decretar levantamento do sigilo bancário

→ A comissão de inquérito sobre o BPN vai voltar a pedir documentação anteriormente recusada por Banco de Portugal, BPN e auditores externos, por considerar que não precisa de recorrer ao tribunal para levantar o sigilo bancário e profissional invocados.

A decisão dos deputados, tomada ontem ao início da tarde em reunião dos coordenadores dos grupos parlamentares, assenta num parecer jurídico encomendado ao jurisconsulto Nuno Piçarra, que conclui que a Assembleia da República tem competên-

cia por si só para decretar a quebra do sigilo bancário e profissional.

Ou seja, seguindo o parecer, os deputados não precisam de pedir o levantamento do sigilo ao Tribunal da Relação, hipótese que tinha sido considerada pelos depu-

tados da comissão, que consideram a recusa das várias entidades como um bloqueio ao funcionamento dos trabalhos.

Entidades como o Banco de Portugal, o BPN (nacionalizado e sob administração provisória) e algumas auditoras externas do banco

(Deloitte, Ernst&Young, BDO Binder e priceWaterHouseCoopers), bem como vários ex-responsáveis do BPN ouvidos em sede de comissão, invocaram "sigilo profissional ou bancário" para não fornecerem documentação solicitada pelos deputados. ■